
INTRODUÇÃO

Entre 1967 e 1970 uma crise severa abalou a FRELIMO.

A luta armada de libertação nacional desencadeada em 25 de Setembro de 1964 alcançara numerosos sucessos, a terra e os Homens tinham sido libertados em várias regiões. Cerca de 1/5 do território nacional e centenas de milhares de homens viviam livres. Que conteúdo dar a esta liberdade? Qual o significado prático e imediato da libertação em termos de transformação da sociedade das relações sociais entre os homens? Como orientar a criação do exército popular, como unificar as nossas concepções de maneira a elaborarmos um pensamento dirigente, como prosseguir a linha de alargamento da frente salvaguardando os interesses fundamentais das massas laboriosas, como pôr em prática a política de promoção da mulher, como afrontar o imperialismo que reforça a sua aliança com os colonialistas? Estas e numerosas outras questões tinham um impacto imediato na nossa realidade.

Duas concepções, duas linhas reflectindo interesses opostos exprimiam-se sobre estes diferentes problemas no nosso seio. A contradição que se manifestara primeiramente sobre questões aparentemente isoladas e secundárias desenvolveu-se rapidamente e revelou a sua natureza antagónica.

O processo de resolução da contradição inicia-se com o II Congresso da Frelimo em que claramente os princípios reflectindo os interesses populares são definidos. As sessões de Abril de 1969 e de Maio de 1970 do Comité Central intensificam este processo aprofundando os nossos princípios e purificando as nossas fileiras.

A resolução da contradição a favor das forças populares reforçou o processo revolucionário em Moçambique, tornou possível a instauração do Poder Popular e o seu desenvolvimento.

O presente texto é uma síntese da nossa experiência colectiva no desencadeamento, implantação e consolidação do processo revolucionário em Moçambique. Resulta de numerosas discussões e intervenções feitas pelo camarada Presidente em reuniões com as massas e combatentes e com a própria Direcção.

Esta reflexão sobre a nossa experiência permite-nos aprofundar o nosso trabalho elevando o nosso conhecimento sobre a nossa teoria e prática revolucionárias.

O texto agora publicado pela Colecção Estudos e Orientações foi reproduzido pela Academia de Ciências da URSS numa obra preparada pela secção africana da Academia acerca da luta de libertação nas colónias portuguesas.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA

I PARTE :

A natureza do inimigo e os seus interesses face às massas populares.

1. Alguns pontos de partida.
2. O capitalismo português e a guerra colonial.
3. O imperialismo na África Austral e em Moçambique.
4. Os interesses das massas face ao colonialismo e ao imperialismo.

II PARTE :

A natureza social da frente e a sua linha política.

1. A unificação do movimento nacionalista.
2. A unidade no processo contínuo de defesa dos interesses das massas.
3. A questão ideológica no seio de um frente larga.

III PARTE :

A guerra popular e a edificação do exército.

1. A linha política na luta armada.
2. Os problemas de disciplina no exército.
3. Tarefas militares e tarefas político-militares.

IV PARTE :

A materialização do poder.

1. As estruturas do Poder Popular.
2. A reorganização da economia.
3. A nova orientação da educação.
4. A assistência social ao serviço das massas.

V PARTE :

A Revolução Moçambicana no processo revolucionário mundial.

VI PARTE :

Perspectivas.

EMPRESA MODERNA S.A.R.L.
LOURENÇO MARQUES

I — A NATUREZA DO INIMIGO E OS SEUS INTERESSES FACE AS MASSAS POPULARES

1. ALGUNS PONTOS DE PARTIDA

Durante muito tempo e sobretudo para a maioria dos observadores dos países ocidentais, o colonialismo português aparecia como uma manifestação quase arqueológica, um capricho anacrónico dum ditador que vivia ainda à hora da Conferência de Berlim.

Uma campanha de propaganda bem orquestrada, sobre as virtudes únicas dum colonialismo que se pretendia multi-racial e se drapejava das supostas virtudes dum luso-tropicalismo de recente invenção, contribuía a que se entretivesse aqui e acolá ilusões sobre a benevolência da exploração colonial portuguesa.

A censura rigorosa, a repressão feroz, o obscurantismo cultural sistemático, a cuidadosa selecção dos visitantes aos territórios e a ainda mais cuidadosa escolha de itinerários, permitiam que uma pesada cortina de silêncio e ignorância mantivesse as colónias portuguesas isoladas do mundo.

O desencadeamento das lutas armadas de libertação no período entre 1961-1964 assestou um golpe mortal às campanhas de propaganda que faziam dos povos das colónias portuguesas povos felizes porque submissos.

Paralelamente, a revelação dos crimes cada vez mais sádicos, atrozes, e sistemáticos cometidos pela soldadesca colonial, destruíram todas as pretensões dum carácter único de benevolência ou virtude do colonialismo português.

A substituição de Salazar e a continuação e incremento da guerra colonial sob o seu sucessor, o fortalecimento das alianças económicas e militares que há mais de uma década sustêm a guerra colonial, a extensão da agressão aos países limítrofes do colonialismo português, a participação crescente de efectivos e armas não portuguesas na guerra, em resumo a internacionalização crescente da guerra colonial, obrigaram os diferentes observadores a situar a guerra colonial portuguesa no seu contexto real.

A natureza do colonialismo português e das alianças que o apoiam impuseram-nos a luta armada como único instrumento para a resolução das contradições que nos opõem à dominação estrangeira no nosso país.

Todavia, o processo de desenvolvimento da luta em Moçambique, conduziu à sua transformação qualitativa.

A luta é feita por massas que possuem interesses precisos, reivindicações concretas. Estes interesses e reivindicações clarificam-se no processo de combate e imprimem a este uma natureza determinada.

A criação das zonas libertadas, pôs em primeiro plano a questão de saber a quem pertence o poder, quem o deve exercer e quem deve beneficiar dele, da mesma maneira que pôs em causa o tipo de relações sociais de produção, quer herdadas da sociedade tradicional ou quer ainda de introdução colonial.

Assim, no decurso mesmo da luta armada de libertação nacional foi desencadeado um processo destinado a instalar um poder fundado na aliança das camadas sociais exploradas do nosso país, destinado a levar a termo a luta de libertação nacional e a liquidar o sistema de exploração do homem a fim de edificar uma Sociedade Nova.

Por outras palavras, à reivindicação primária de independência nacional acrescentaram-se outras, numa primeira fase dando um conteúdo real à independência e, numa segunda fase introduzindo a questão essencial da natureza do regime a ser edificado.

Não se tratou de um plano abstracto estabelecido a longo termo, que como um modelo completo fosse imposto ao processo real nem de uma improvisação constante, produto de uma qualquer espontaneidade, ou ainda outro mecanismo.

Na realidade, a evolução resulta de uma relação dialéctica entre a orientação política da FRELIMO o desenvolvimento da luta armada e da consciência das massas por um lado, e o tipo de contradições existentes entre as vastas massas exploradas e a sociedade exploradora, por outro lado.

A percepção destas contradições é acelerada pela situação de guerra, que diariamente dum a mançira clara, desmascara as forças que apoiam o inimigo: a arma capturada, o avião abatido, o tanque ou camião destruídos invariavelmente são de origem não portuguesa. Simultaneamente a consciência do sacrificio dispendido exige que a libertação se traduza numa transformação radical da sociedade, das relações no seu seio e das suas estruturas.

É este conjunto de dados que leva a nossa luta de libertação a aparecer como uma luta popular, na forma e no conteúdo das reivindicações, contra o colonialismo português e o imperialismo, contra a exploração do homem.

2. O CAPITALISMO PORTUGUÊS E A GUERRA COLONIAL

Não é de sobejo insistir em que Portugal é um país sub-desenvolvido que viveu num estado de semi-colónia britânica desde os inícios do século XVII e que hoje ainda tem a sua independência hipotecada aos diversos interesses estrangeiros que controlam o país.

Enquanto as potências coloniais, cujas economias tinham já ascendido à fase imperialista, podiam, ainda que forçadas, aceitar as independências formais dos territórios que elas colonizavam sem que os seus interesses fundamentais fossem lesados, tal não é o caso português.

O colonialismo português em Moçambique assume fundamentalmente o papel de intermediário entre as diversas potências imperialistas e o território, o que em suma constitui o papel das classes dirigentes indígenas nas situações neo-coloniais. Entre 1959 e 1967 a percentagem anual dos investimentos não portugueses nas colónias passou de 1% para 30%. As colónias constituem ainda um instrumento temporário para impedir o agravamento das condições sociais em Portugal, permitindo assim uma sobrevivência do regime.

A determinação das diferentes gamas de interesses colonialistas, permite-nos situar correctamente o tipo e a importância do conflito opondo o nosso povo à dominação portuguesa.

Portugal é um país que mantém estruturas agrícolas fortemente arcaicas e próximas do feudalismo: os 500 maiores proprietários agrícolas em Portugal dispõem de tanta terra quanto os 500 000 mais pequenos proprietários portugueses.

Esta situação determina por um lado, um êxodo rural crescente (nos últimos 10 anos houve distritos em Portugal que chegaram a perder 1/4 da população) e um agravamento da situação social do camponês, que produziram uma forte corrente emigratória e se traduziram por uma diminuição global da população portuguesa, de 2% na década 1960-1970.

A possibilidade de exportar para as terras férteis de Moçambique aquela massa de camponeses pobres, apareceu como a solução ideal para um regime que, ligado aos latifundiários, não pode tocar nas estruturas agrárias e fazer uma reforma agrária que solucione a questão da terra a favor dos camponeses pobres e médios.

A instalação de comunidades rurais brancas nas terras férteis de Moçambique, donde previamente foram expulsos os camponeses africanos, é essencialmente destinada, na estratégia inimiga, a criar um conflito entre as duas comunidades, que servirá para reforçar a dominação colonial. Com efeito, o camponês branco deveria segundo o plano capitalista identificar os seus interesses ao do Estado Colonial, que lhe garante a propriedade das terras espoliadas aos africanos.

É este, por exemplo, o esquema que preside os diferentes planos do vale do Zambeze, onde os colonialistas se propõem instalar um milhão de colonos brancos nas terras a serem irrigadas pela futura barragem de Cabora Bassa.

Moçambique oferece ainda um mercado seguro e protegido aos produtores da agricultura portuguesa, pouco competitivos no mercado internacional. É o caso dos vinhos e seus derivados que regularmente ocupam um dos primeiros postos no valor total das importações do nosso país. As colónias absorvem 75% das exportações de vinhos portugueses.

Se a persistência do colonialismo português responde às exigências da estrutura feudalizante da agricultura portuguesa, ela corresponde também às necessidades da indústria capitalista portuguesa.

O caso da indústria têxtil, que ocupa cerca de um terço da mão-de-obra industrial e cuja exportação representa perto de um quinto do valor das exportações portuguesas, é bastante significativo.

De acordo com o inquérito do II Congresso das indústrias portuguesas entre 30 a 50% da maquinaria têxtil é antiquada ou está já fora de uso e os fusos têm em média uma idade superior a 20 anos dos quais 15% têm uma idade superior a 50 anos.

Os preços particularmente baixos do algodão moçambicano desempenham um papel relevante no funcionamento da indústria têxtil portuguesa.

De 1939 a 1961, os preços máximos para o algodão de primeira em carço pagos ao produtor, foram respectivamente de 1\$10 e 3\$70. Durante o mesmo período o preço máximo pago ao produtor pelo algodão de segunda passou de \$90 para 2\$30. Para a safra de 1973 - 1974 os preços máximos fixados foram respectivamente, de 6\$00 para o algodão de primeira e 3\$00 para o algodão de segunda.

No entanto, enquanto em Moçambique o produtor africano em 1961 só recebia um máximo de 3\$70 pelo algodão de primeira, os produtores recebiam 12\$00 em Israel, 6\$97 na Rodésia do Sul, 4\$61 no Tanganyika, 4\$40 na Niassalândia, 4\$12 no Quênia, 4\$14 no Uganda.

Comprado a preços baixos aos produtores moçambicanos o algodão é vendido a preços de favor aos importadores portugueses.

Preços médios CIF do algodão importado:

Anos	Moçambique	Estrangeiro
1947 - 1948	11\$83	19\$15
1948 - 1949	12\$18	21\$50
1949 - 1950	12\$56	34\$60
1950 - 1951	14\$25	38\$20
1951 - 1952	15\$48	29\$14
1952 - 1953	15\$53	24\$02
1953 - 1954	15\$46	24\$06
1954 - 1955	15\$35	26\$22

Entre 1947 e 1955 a diferença dos preços de importação entre o algodão moçambicano e o estrangeiro resultou num benefício de 2 774 771 milhares de escudos para a economia portuguesa.

Um benefício anual idêntico é realizado pela indústria oleaginoso portuguesa. Moçambique fornece ainda cerca de 80% da matéria-prima da indústria açucareira portuguesa.

A deterioração dos termos de troca entre Moçambique e Portugal, ilustra muito bem os benefícios auferidos pelo capitalismo

português, graças à exploração colonial. Entre 1958 e 1962 o preço médio da tonelada exportada para Portugal baixou de 5200\$00 para 3500\$00 por tonelada, ou seja uma perda média de 1700\$00 por tonelada. Simultaneamente, o preço médio da tonelada importada de Portugal subiu de 6500\$00 para 9800\$00, ou seja um aumento de 3300\$00. Por outras palavras, enquanto anteriormente a tonelada importada de Portugal era coberta por 1,19 toneladas exportadas, a deterioração actual requer 2,8 toneladas para cobrir o custo da tonelada importada.

A guerra colonial constitui ainda um fonte apreciável de receitas para certos meios que sobre ela especulam.

Em 1965, no debate sobre as contas gerais do Estado, o deputado fascista Manuel de Sousa Gomes, declarou:

“Uma percentagem elevada das despesas engajadas ao título da defesa nacional, pode ser considerada com um elemento motor potente na aceleração de numerosos sectores de actividade: companhias de navegação, sociedades de transportes, produtores e comerciantes de produtos agrícolas e alimentares, fábricas de têxteis, produtos farmacêuticos”.

A confirmá-lo, em 30 de Março do mesmo ano, o relatório apresentado pela Companhia Nacional de Navegação à Assembleia Geral dos Accionistas, dizia:

“Regista-se um aumento de 80% no tráfego de Portugal para o Ultramar e mais particularmente para Moçambique”.

Finalmente Moçambique constitui também uma importante fonte de rendimento em divisas para o colonialismo português, em especial através da venda de trabalhadores para as minas da África do Sul e plantações da Rodésia.

Em virtude dos acordos assinados com o governo sul-africano que permitem às companhias mineiras do Rand recrutar anualmente 100 000 trabalhadores moçambicanos, o governo colonialista recebe da África do Sul cerca de 1 bilião de escudos em divisas, produto de taxas e salários dos trabalhadores e das receitas dos portos e caminhos de ferro de Lourenço Marques, utilizados pela África do Sul como contrapartida de venda de trabalhadores. Acordos idênticos ligam Portugal à Rodésia.

Estas receitas em si representam mais de 1/4 dos excedentes da balança de contas do Ultramar, que transferidos para a metrópole colonial lhe permitem manter uma balança de pagamentos largamente excedentária, muito embora o valor das exportações portuguesas cubra apenas 60% do valor das importações.

O esforço actual empreendido pelo capitalismo português para modernizar as suas estruturas e torná-las capazes de se integrarem competitivamente na Europa torna-se possível e é largamente dependente da acumulação realizada através da pilhagem dos nossos recursos económicos e trabalhadores assim como do

afluxo de divisas resultante dos excedentes produzidos pela nossa balança de pagamentos e também da existência de mercados seguros e protegidos para a pouco competitiva indústria portuguesa.

3. O IMPERIALISMO NA AFRICA AUSTRAL E EM MOÇAMBIQUE

Moçambique desempenha um papel relevante não apenas no contexto do colonialismo português. A sua importância é tão grande senão maior ainda, no que respeita à sobrevivência da exploração imperialista e dos regimes racistas no sul do continente africano.

Ao nosso país estão fixadas neste quadro toda uma série de funções vitais.

Moçambique constitui um vasto reservatório de mão-de-obra a preço irrisório para a indústria mineira sul-africana e para as grandes plantações da Rodésia.

Mais de 1 milhão de moçambicanos trabalha nos diversos sectores de actividade daqueles dois países. 80% da mão-de-obra estrangeira nas minas sul-africanas provém de Moçambique.

A importância destes trabalhadores pode ser exactamente medida se considerarmos a situação da indústria aurífera sul-africana, onde se concentra o essencial da mão-de-obra moçambicana no Rand.

As minas sul-africanas produzem cerca de 70% do ouro do mundo ocidental. A rentabilidade destas minas é baixa: é necessário trabalhar 160 000 t de terra para se obter 1 t de ouro. No Canadá, nos Estados Unidos e na Austrália minas de um teor aurífero superior às da África do Sul, foram encerradas porque a sua exploração se revela anti-económica.

O segredo da rentabilidade das minas sul-africanas encontra-se no baixíssimo preço da mão-de-obra africana e no desprezo total pelas condições de segurança dos trabalhadores.

As estatísticas oficiais reconhecem uma média anual de 2500 acidentes mortais entre os trabalhadores moçambicanos nas minas sul-africanas. É inútil acrescentar que as famílias não recebem praticamente nenhuma indemnização.

Além de fornecedor de mão-de-obra, o imperialismo necessita de Moçambique como fornecedor de energia para uma África Austral pobre em fontes energéticas e num período de rápido crescimento industrial.

Sete companhias, das quais 6 americanas, receberam vastas concessões para a prospecção de petróleo e gás em Moçambique. Entre 1967 e 1970, as companhias investiram 300 milhões de escudos nas prospecções de hidrocarbonetos.

As jazidas de carvão de Moatize são das mais importantes naquela região do continente, sendo Moçambique na fase actual o quinto maior extractor africano. A empresa belga que as explora previa a elevação da produção para mais de 4 milhões de tonela-

das anuais, antes que a situação militar na Província de Tete a forçasse a rever os seus planos.

No entanto, no campo energético, o que deve sobretudo reter a atenção é o gigantesco projecto de Cabora Bassa. Com uma prevista produção de 18,5 bilhões de kW/h, seria a quarta maior barragem do mundo e produziria cerca de um terço do total da energia produzida em Africa. Numa segunda fase, 3 barragens adicionais seriam ainda construídas no percurso moçambicano do Zambeze e seus afluentes elevando o total da produção do conjunto a 50 bilhões de kW/h.

De acordo com os planos, este enorme potencial destinaria-se a alimentar não só os vastos complexos industriais a criar em Moçambique, nomeadamente as indústrias siderúrgicas de ferro, cobre e alumínio, mas também a Africa do Sul, Rodésia e Malawi. O intuito do plano era ainda que a energia de Cabora Bassa fosse fornecida aos países limítrofes como a Zâmbia e Tanzânia e outros países como o Zaire, Quênia e Uganda.

A ideia subjacente é a de utilizar a energia do complexo como base de partida para a criação dum mercado comum na Africa Austral, Central e Oriental, que integraria sob o controlo imperialista as economias do conjunto.

Um terceiro papel reservado a Moçambique, dada a sua situação geográfica, é o de porto natural do vasto hinterland da Africa Austral. Nos 2795 km de costa moçambicana encontram-se diversos portos, entre os quais Lourenço Marques que serve a Africa do Sul, a Swazilândia e o Lesoto, Beira que serve a Rodésia, a Zâmbia, o Zaire e o Malawi, Nacala que serve o Malawi. O movimento dos portos moçambicanos é da ordem dos 30 milhões de toneladas anuais, movimentando o porto de Lourenço Marques por si só cerca de 15 milhões de toneladas anuais o que faz dele um dos primeiros portos do continente.

A situação geográfica de Moçambique, banhado pelo Canal de Moçambique e controlando o acesso à rota do Cabo, faz do nosso país um elemento essencial do dispositivo estratégico imperialista para manter os seus interesses bélicos na zona. A localização geográfica do nosso país permite ainda a utilização quer como plataforma de agressão contra os regimes progressistas limítrofes, quer como zona de protecção dos regimes racistas de Pretória e Salisbúria. Por isso continuamente certos meios imperialistas propõem-se alargar a zona de acção da OTAN a sul do Trópico de Capricórnio, ou mesmo constituir um novo Pacto Militar.

Inúmeras são as declarações do Primeiro-Ministro Vorster e outros altos responsáveis racistas de Pretória e Salisbúria, apresentando os rios Rovuma e Zambeze como constituindo as fronteiras de segurança e defesa dos regimes de minoria branca da Africa Austral.

Finalmente, as riquezas do solo e sub-solo moçambicano, o baixo preço da mão-de-obra e a repressão severa contra os movimentos reivindicativos, despertaram o interesse dos grandes monopólios tendo dado lugar a investimentos maciços.

Este interesse crescente do imperialismo pelas riquezas do nosso país, foi acompanhado por uma industrialização relativamente muito importante.

No campo da indústria os investimentos imperialistas têm-se multiplicado a um ritmo elevado: entre 1961, início das guerras coloniais e 1964, início da luta armada de libertação de Moçambique, o número de instalações industriais com um valor igual ou superior a 50 milhões de escudos, passou de 85 a 647. Entre 1967 - 1969 o ritmo médio de crescimento anual da produção industrial atingiu os 20%, situando Moçambique entre os países de mais rápido crescimento industrial do continente. O valor da produção industrial moçambicana situa hoje Moçambique entre os 7 países mais industrializados do continente (África do Sul excluída) e representa cerca de 4% do total da produção industrial da África.

Este crescimento industrial faz-se todavia em exclusivo benefício das empresas e do governo colonialista.

Entre 1962 e 1969 o total dos investimentos na indústria aumentou de mais de 100% atingindo a soma de 13 159 900 milhares de escudos. De Janeiro a Julho de 1973 foram autorizadas instalações no valor de 9 737 366 milhares de escudos.

No entanto 52,3% do total dos investimentos foram destinados a 180 unidades industriais que se consagram à exportação enquanto que 1724 unidades industriais que abastecem o mercado interno só receberam 47,7% dos investimentos. Os investimentos beneficiam assim a balança de pagamentos da zona do escudo e criam por isso melhores condições para o financiamento da guerra colonial.

Isto torna-se mais claro quando observamos que, embora os investimentos tenham mais que duplicado no período em questão, o número de trabalhadores passou apenas de 59 060 para 75 672, ou seja um aumento de 16 562 trabalhadores, que representam 28% da mão-de-obra industrial de 1962.

O lucro das empresas (antes dos impostos e não deduzidos ainda os juros e a depreciação) ultrapassa a média anual de 20,3%; em 1969 os lucros de 17 sectores industriais atingiram 2 679 000 milhares de escudos sobre um total de 13 159 900 milhares de escudos investidos.

No entanto, os salários mínimos continuaram fixados entre 18\$00 e 25\$00 por dia (0,72-1 US\$) conforme as regiões. O total dos salários pagos (incluindo os funcionários, técnicos e elementos da direcção das empresas) representa uma percentagem mínima dos lucros auferidos pelos diferentes sectores.

O quadro junto que representa a maior parte do sector industrial mostra-nos sinteticamente vários destes elementos:

INDÚSTRIA	LUCROS (em 1000\$00)		N.º DE TRABALHADORES E EMPREGADOS		SALÁRIO MÉDIO DIÁRIO (em escudos)		ÍNDICE DE AUMENTO (base 100 em 1963)		
	1962	1969	1962	1969	1962	1969	lucros	salários	n.º de tra- balhadores
Refinaria de petróleo	70 800	135 100	183	182	132,10	213,20	190,8	161,3	99,4
Indústria química	40 500	173 800	1 723	1 013	24,40	52,60	424,1	215,5	58,7
Bebidas e refrigerantes	126 000	212 800	610	1 675	29,80	51,60	168,8	173,8	274,5
Minerais não metálicos	75 200	176 700	3 677	3 609	42,90	46,10	234,9	107,0	98,1
Têxtil	360 000	364 400	11 126	8 658	12,70	25,30	101,2	199,2	77,8
Tabaco	112 200	233 200	527	520	32,70	64,00	207,8	195,7	98,6
Alimentares	394 200	887 900	20 034	27 304	15,20	21,30	225,2	140,1	136,2
Máquinas e aparelhos eléctricos	7 600	34 100	367	604	55,60	57,70	448,6	103,7	164,5
Mobiliário	5 200	25 500	1 106	2 024	31,40	37,10	490,3	118,1	183,0
Indústria de borracha	9 800	29 400	643	903	24,10	29,30	300	121,5	140,4
Indústria de papel	5 000	10 300	97	274	22,90	35,20	206	153,7	282,4
Indústria de couro	200	3 300	126	203	14,80	26,00	1650	175,6	161,1
Indústria de calçado	7 500	39 600	937	3 053	19,50	26,60	528	136,4	325,9
Tipografia	12 200	39 600	1 421	1 972	59,70	62,20	322,1	104,1	138,7
Serrações	41 900	129 000	11 118	11 165	12,40	19,60	307,8	158,0	100,4
Metallurgia	37 700	75 000	—	221	22,50	35,40	198,9	157,3	6

- a) No que respeita aos lucros constata-se:
1. Dos 16 sectores apresentados apenas o sector têxtil representa um baixo índice de crescimento.
 2. Par um índice 100 em 1962:
encontramos 3 sectores com um índice de crescimento lucros compreendidos entre 150 e 200: bebidas e refrigerantes, refinação de petróleo, metalurgia — 4 sectores apresentam um índice de crescimento entre 200 e 300: papel, tabaco, indústrias alimentares e minerais não metálicos — 3 sectores têm um índice de crescimento entre 300 e 400: borracha, serração e tipografia — 3 sectores viram os seus índices de lucros aumentar entre 400 e 500: química, máquinas, aparelhos eléctricos e mobiliário — 1 sector viu o seu índice aumentar para 528 e outro para 1650, trata-se respectivamente da indústria do calçado e da indústria do couro.
- b) Todavia o índice de aumento de salários é absolutamente diferente:
1. Apenas em 2 dos 16 sectores o índice de crescimento do salário médio diário foi superior ao do índice de crescimento dos lucros; trata-se do sector têxtil e do do sector de bebidas e refrigerantes. No entanto é de observar no campo do sector têxtil que o número de trabalhadores baixou consideravelmente — índice 77,8 (base 100 em 1962), sem que os lucros do sector tivessem sido afectados, antes pelo contrário, cresceram.
 2. Embora 11 dos sectores estudados apresentem índices de crescimento de lucros iguais ou superiores a 200, no que respeita ao aumento de salários só a indústria química apresenta um índice de crescimento de 215,5. É de notar no entanto que para o período considerado este é o sector em que o índice do número de trabalhadores mais baixos: índice 58,7 para uma base 100 em 1962.
- c) No que respeita ao índice do número de trabalhadores empregados observamos:
1. O índice baixou ou manteve-se relativamente estacionário em 6 dos ramos sem que isto implicasse uma consequência no lucro das empresas.
 2. Apenas em dois sectores o índice de aumento do número de trabalhadores foi superior ao índice de aumento dos lucros; trata-se dos sectores de bebidas e refrigerantes e indústria de papel.

- d) No que respeita aos salários nota-se que os 4 sectores que agrupam 50 180 trabalhadores, ou sejam mais de 60% da mão-de-obra industrial, os sectores têxtil, indústrias alimentares, calçado e serrações, são os sectores em que os salários médios são os mais baixos, variando entre 19\$00 e 26\$60.

Ora é neste sector precisamente que se encontra o essencial dos trabalhadores africanos.

Em contrapartida o sector da refinaria do petróleo que é o que paga os salários mais altos, 213\$20 em média por dia, é o sector em que se encontram menos trabalhadores — apenas 182 e na sua maioria esmagadora não-africanos.

Analisando a origem dos capitais que controlam a agricultura, a indústria manufactureira e extractiva, verifica-se que são raros os casos em que os capitais portugueses ocupam uma posição dominante.

Como se disse a percentagem anual dos investimentos não-portugueses na economia colonial passou de 1% em 1959 para 30% em 1967.

São os grandes capitais portugueses e multinacionais que controlam a economia moçambicana.

Na produção e refinação do açúcar encontramos 5 companhias principais: a Sena Sugar Estates, com 90% dos capitais pertencendo a accionistas ingleses, o que é ainda o caso da Sociedade Agrícola do Incomáti; a Companhia do Búzi, subordinada à Companhia de Moçambique, controlada por seu lado pela British South Africa; a Sociedade Açucareira de Moçambique controlada pela COMPAD-DEC, francesa, e seus associados; a MARAGRA que se diz portuguesa mas aparece bastante ligada à Industrial Development Corporation of South Africa.

As grandes plantações de sisal, coqueiro e outras são controladas por companhias onde os capitais portugueses são limitados: Companhia da Zambézia (capitais britânicos), Companhia das Culturas de Angoche (Suíça), Sociedade Agrícola do Madal (Suíça, França, Noruega), Companhia do Boror (Alemanha Ocidental), Zembe Plantations (Holandesa).

No algodão e no têxtil 2 bancos, Banco Português do Atlântico e Banco Comercial de Angola, a Companhia de Moçambique (controlada pela BSA) e a família João Ferreira dos Santos, directa ou indirectamente controlam a maior parte das sociedades concessionárias do algodão.

Os três maiores produtores de chá, Companhia da Zambézia, Chá de Moçambique (Companhia de Moçambique) e Sociedade Agrícola do Madal são dominados por capitais não-portugueses.

A indústria extractiva um panorama semelhante.

A Companhia do Urânio de Moçambique, controlada pela British South Africa através da Companhia de Moçambique, obteve em concessão os direitos de prospecção e exploração dos minerais radioactivos.

A prospecção e exploração de diamantes foi concedida a companhias sul-africanas: a DIAMOC controlada pela Anglo-American e a Federal Volksbeliggims Bepek associada ao Gabinete Moçambicano da Organização Ltd.-Gamor.

Na prospecção e exploração de petróleo e o gás dominam as companhias americanas: Pan American Oil Company, Mozambique Amoco Oil Company, Alexander Hutchings, Texaco Inc, Hunt Corporation, Kilrey. A Anglo-American sul-africana obteve também concessões e controla um consórcio de prospecções em que os outros componentes são a Sociéte Nationale des Pétroles d'Aquitaine e a Enterprise de Recherches et Activités Petrolière — ERAP-ELF, ambas francesas e a Gelsenkircher Bergwerks Artiensgesellschaft da Alemanha Ocidental.

Atraídas pelo que se chama o “escândalo geológico de Tete” numerosas companhias obtiveram em concessão largas regiões da província. Em Tete encontramos a Companhia Carbonífera de Moçambique controlada pela Sociéte Minière et Géologique com capitais belgas, a Companhia de Urânio de Moçambique (BSA) que formou um consorcium — Companhia Mineira de Tete — em que os outros componentes são: a Bethlehem Steel Corporation, Montedison, Finmiive e a Companhia Mineira do Lobito. Um outro importante consórcio em Tete é a Companhia Moçambicana de Minas, constituído pela Johannesburg Consolidated Investment e a Anglo-American.

O trust japonês Sumitomo, através da Namapa Iron Mines, obteve o controlo do ferro na Província de Moçambique. A Duby and Company da África do Sul adquiriu o controlo da prospecção e exploração da colombo-tantalite e barilo da Província da Zambézia, através da Sociedade Mineira de Marropino. Em Manica e Sofala a fluorite é controlada por um consorcium internacional — Sociedade Internacional Fluorite de Moçambique — em que encontramos a Continental ore Corporation dos Estados Unidos, a Sociéte des Minéraux de Luxemburgo e o Banco Português do Atlântico; no cobre domina a Edmundian Investments (PTY) da África do Sul; no níquel a International Nickel Southern Exploitation Ltd do Canadá. A dominação do capital multinacional sobre os nossos recursos mineiros manifesta-se ainda pela presença da Jkapnek e Lonhro, britânicas, a Mussima Transvaal Development Company, a Bullosa, etc.

Na indústria transformadora a presença cada vez mais dominante das grandes companhias multinacionais e dos bancos é de rigor.

O caju é uma das principais riquezas nacionais. As principais companhias que dominam o ramo são as seguintes:

CAJUCA: consórcio formado pela Sociedade Agrícola do Madal Oltremare Indústria Prodotti Alimentari e Derivati SPA da Itália e a Cuca.

SPENCE and PIERCE Ltd: consórcio de 2 empresas britânicas, Pierre Leslie and Corporation e Gill Duffu.

MOCITA: consórcio que sob a direcção da Anglo-American, agrupa a Tiger Oats and National Milling Corporation e a Industria de Prodotti Alimentari de Bologna. A Mocita controla ainda a Indústria de Caju Antires S.A.R.L.

SOCAJU: associa o Banco Nacional Ultramarino e a CUF.

Nas indústrias alimentares encontramos a gigantesca Companhia Industrial da Matola (CIM) em que se encontram associados a Metallurgy South Africa (PTY) Ltd de Johannesburg, a Gesellschaft für Elektrometallurgie GmbH de Dusseldorf, a London and Scandinavian Metallurgical Company de Londres e a A. B. Ferrodageringan de Estocolmo, a Metallurg Inc of New York e a Shieldalloy and Co of New York ambas americanas. Nos laticínios a Nestlé e a Cooperativ Condens Frabriek Friesland Holandesa controlam a produção do leite condensado, queijo e outros produtos.

A pesca é dominada por três grupos: a Anglo-American que controla a Sociedade Inos e a Empresa Pesqueira de Nossa Senhora de Fátima, L. Corbert Investment (PTY) Ltd da Africa do Sul que controla a IMPESCAL, grupo ARPEM dominado por capitais franceses.

A refinação e distribuição de petróleo é monopolizada pelo grupo SONAP (SONAREP, SONAPMOC, SONAPMARITIMA, OIL COM) em que 27% e 20% das acções pertencem respectivamente à Compagnie Française des Pétroles e à TOTAL agora associadas ao grupo BULLOSA.

A produção de adubos é dominada por 2 grupos: a Companhia de Química Geral de Moçambique em que a Sociedade de Estudos e Investimentos (Champalimaud) está associada às firmas francesas SODEIX e SOGALTRA e a capitais sul-africanos. O segundo grupo que monopoliza a produção de ácido fosfórico é controlado pela Phosphate Development Corporation Ltd Foukor.

As firmas americanas General Tyre e a Firestone (directamente ou através da MABOR) controlam a produção de pneus e câmaras-de-ar.

A CODAUTO da British Leyland e a FAMOL, dominam a montagem de viaturas automóveis, enquanto a fábrica de bicicletas de Moçambique está ligada aos grupos RALEIGH e SERI-RENAULT.

O oleoduto Beira - Umtali pertence à LONHRO britânica. No projecto do gasoduto do Pande para a África do Sul encontramos a Gulf Oil e o grupo Champalimaud.

Nos diferentes projectos de instalações de indústrias siderúrgicas de ferro encontram-se a Companhia de Urânio de Moçambique (British South Africa), a Sociedade Hidro-eléctrica do Revuê (Banco Português do Atlântico e Banco Comercial de Angola), a Companhia Industrial da Matola (capitais ingleses, escandinavos, americanos e alemães ocidentais), a Rhodesian A. Company e o grupo Champalimaud.

A produção do cimento é controlado por três grupos: a Companhia de Moçambique, a Companhia de Cimentos de Moçambi-

que (grupo Champalimaud) e a Luselite de Moçambique (grupo BULLOSA, Compagnie Financière Eternit SA e Fabrecin Fabriques Réunies de Fibro-Ciment SA ambas francesas e Amindus Holding SA).

Portugal aparece assim claramente como o gerente dos interesses de companhias sobretudo não-portuguesas, dado que estas pouco mais são capazes do que encontrarem-se associadas ao capital multinacional.

O colonialismo português procura ainda fazer valorizar o seu papel de parasita, tentando integrar mais directamente Moçambique nos planos dos meios belicistas.

Continuamente o Governo Português e a sua máquina diplomática e de propaganda insiste sobre a necessidade de integrar Moçambique na zona de intervenção da OTAN. Certos meios americanos inclinam-se em transformar o porto de Nacala, o maior porto natural do Indico, em base naval americana. Existem manobras políticas visando a criação de uma aliança militar entre as principais potências imperialistas por um lado, e por outro o Brasil, a África do Sul e Portugal com os "seus territórios" de Angola e Moçambique. Em resumo, fomentar o clima de guerra-fria para se manter a dominação colonial e racista em Moçambique e na África Austral, para maior proveito das companhias.

4. OS INTERESSES DAS MASSAS FACE AO COLONIALISMO E AO IMPERIALISMO

As formas particularmente opressivas de exploração a que estão submetidas as largas massas trabalhadoras não aparecem como episódicas ou marginais. Correspondem, como se verificou, às exigências do colonialismo e das grandes companhias multinacionais que controlam a economia moçambicana e a África Austral.

Entre os interesses das massas camponesas e das companhias concessionárias e produtoras, existe uma incompatibilidade total.

As companhias concessionárias de algodão que controlam Moçambique fundam a sua actividade na imposição da cultura do algodão e no monopólio da sua compra aos produtores africanos a preços obrigatoriamente 4 a 5 vezes inferiores aos do mercado livre e do mercado internacional. Mais de 500 000 agricultores encontravam-se submetidos a este regime antes do desencadeamento da guerra, atingindo hoje 550 000 o número de agricultores submetidos ao regime.

É certo que o desencadeamento da guerra obrigou o Governo Colonial a progressivamente libertar o mercado e a abolir a imposição da cultura, numa tentativa desesperada de ganhar as massas camponesas, de lhes fazer abandonar uma das suas reivindicações tradicionais. Mas as necessidades das companhias que em última análise controlam o governo, rapidamente têm imposto o recomeço das culturas forçadas no quadro dos campos de concentração criados com o objectivo de isolar as populações da FRELIMO. Com

efeito nestes campos de concentração, onde já se encontram internados, segundo declarações governamentais, mais de 1 milhão e meio de moçambicanos (cerca de 1/6 da população moçambicana), as populações sob a ameaça das armas colonialistas são forçadas a produzir os produtos, adquiridos em seguida a baixos preços pelas companhias que gozam do monopólio de compra.

A instalação de comunidades rurais europeias nas terras férteis espoliadas à população africana, é uma das constantes da política colonial portuguesa. Esta acção prossegue um duplo objectivo: por um lado absorver a mão-de-obra rural desempregada em Portugal, por outro transformar os agricultores europeus em defensores da ordem colonial. Diversas regiões do nosso país têm sido objecto desta prática, como é o caso do Vale do Limpopo, Montepuez, Marrupa, os planaltos do Chimoio, Guruè e Vila Manica, etc. Pelas suas proporções, o plano de instalação no Vale do Zambeze de 1 milhão de colonos europeus, assume um significado particular: trata-se desde já de modificar a composição étnica do país e de levantar uma barreira humana ao desenvolvimento da luta de libertação, preparando-se assim as condições para tentar desvirtuar o conteúdo real do nosso combate, transformando-o em afrontamento racial.

A criação dos colonatos opõe-se radicalmente aos interesses das comunidades rurais africanas. A espoliação das terras e a transferência forçada das populações para novas zonas reduz sistematicamente à miséria as populações, permitindo assim o aumento de mão-de-obra barata a ser utilizada pelas companhias e colonos. Um exemplo típico foi o da criação do colonato do Limpopo na segunda metade dos anos 50, que bloqueou e destruiu o desenvolvimento duma comunidade rural africana próspera, que já se integrava na economia de mercado e lançava as bases duma agricultura mecanizada.

O trabalho forçado nas plantações das companhias, que é a base dos lucros fabulosos das companhias monopolistas do açúcar, chá e sisal, constitui sobretudo uma forma particularmente dura da exploração dos trabalhadores rurais. Estes são obrigados a abandonar as suas actividades agrícolas ou artesanais, em troca de um salário inferior a 5\$00 por dia de trabalho de 12 a 15 horas. Mais de 100 000 trabalhadores encontram-se anualmente submetidos a este regime.

O grosso das massas atingidas por estas práticas é constituído pelas populações rurais.

São estas populações ainda, quem fornece os efectivos de trabalhadores vendidos anualmente para as minas sul-africanas e plantações rodesianas.

Sobre as populações rurais pesa ainda um imposto directo pessoal que atinge 1/4 do rendimento anual do africano e representa 17,3% das receitas ordinárias do Estado. Os impostos indirectos, que recaem essencialmente sobre as massas mais desfavorecidas representam 12,5% das receitas ordinárias. Quer isto dizer que no total das receitas do Estado as massas mais pobres contribuem com

29,8%. Nota-se que o sector agrícola em Moçambique embora compreendendo estatisticamente a agricultura europeia e as diversas companhias agrícolas contribui apenas em 28% do produto interior bruto.

Para melhor se apreciar a maneira como os impostos coloniais constituem uma forma refinada de exploração das massas em favor do grande capital, basta analisar a incidência da fiscalidade sobre os restantes sectores.

As indústrias manufactureiras extractivas e de construção contribuem em 16,5% do PBI, sendo a contribuição do comércio e certos serviços (transporte excluído) de 41,7%. Ora o imposto sobre as indústrias representa apenas 9% das receitas gerais ordinárias, enquanto o imposto sobre o capital só representa 16% das mesmas receitas.

Em contrapartida os beneficiários das despesas do Estado não são as massas: as escolas, os serviços sanitários e a assistência social, a assistência, a promoção rural e a electrificação das zonas rurais, etc., são praticamente inexistentes. A guerra absorve, segundo as declarações do General Kaulza de Arriaga, mais de 45% das despesas governamentais de Moçambique. No entanto, as despesas da saúde e da educação orçam apenas respectivamente em 3% e 2,6% e, é claro que a maior parte desta magra percentagem destina-se às zonas urbanizadas onde vive o grosso da população europeia. O III Plano de Desenvolvimento num total de 1113,2 milhões de escudos gastos no ano de 1970, consagrou precisamente 1,5% do total para o desenvolvimento rural.

Dentro deste contexto compreende-se que a libertação nacional para as largas massas camponesas do nosso país, exija uma modificação radical da situação camponesa que abranja a abolição real das culturas forçadas e do trabalho forçado, o fim da espoliação das terras e da exploração das companhias concessionárias e das grandes plantações, a liquidação da prática da venda de trabalhadores ao estrangeiro, a transformação total do sistema fiscal a favor das massas trabalhadoras. Em resumo, o conteúdo da reivindicação camponesa no nosso país exige a destruição do Estado Colonial, do Estado das culturas forçadas e das plantações, do estado da dependência em relação ao imperialismo,, representado pelas companhias multinacionais e pela subserviência perante os interesses da indústria mineira sul-africana e da indústria agrícola rodesiana.

A classe operária moçambicana, embora de recente formação, conhece uma certa expansão devido ao crescimento rápido da indústria moçambicana.

A classe operária encontra-se submetida aos grandes capitais multinacionais americanos, ingleses, franceses, oeste-alemães, japoneses, belgas, italianos, sul-africanos que dominam os sectores da petroquímica, construção naval, construção de máquinas e artigos eléctricos, montagem de automóveis, indústria pneumática, cimentos, indústria extractiva, produção hidro-eléctrica, indústria alimentar, etc.

A legislação colonial facista reprime brutalmente qualquer tentativa de organização da classe, fora dos quadros dos sindicatos fascistas, quase exclusivamente reservados aos funcionários e trabalhadores europeus. Os movimentos reivindicativos, tal como o testemunharam as greves da Estiva e dos Caminhos de Ferro da Beira e Lourenço Marques em 1963, são ferozmente reprimidos saldando-se o seu fim com mortos, feridos, prisões em massa.

Derivado das despesas de guerra, a subida extremamente rápida do custo de vida absorve os magros aumentos de salário que intervêm para diminuir a insatisfação geral: assim, em Setembro de 1970 e Setembro de 1973 enquanto o índice de preços subiu de 43%, o salário médio dos trabalhadores não qualificados apenas subiu de 17%.

A industrialização de Moçambique em proveito exclusivo do capital multinacional e financiada na prática pela exploração desenfreada dos trabalhadores e pela pilhagem dos recursos naturais da Nação, é incompatível com os interesses das massas trabalhadoras.

Neste contexto, também, para a classe operária moçambicana, a independência nacional exige a destruição do Estado Colonial, o Estado da subserviência em relação aos capitalistas portugueses e às sociedades multinacionais. A instauração de novas relações sociais de produção para pôr cobro à exploração existente, corresponde aos interesses e à consciência crescente das massas trabalhadoras moçambicanas.

O conjunto destes dados mostra-nos claramente que a reivindicação da independência nacional, compreendida como destruição do Estado Colonial e a edificação dum Poder Popular livre da dominação imperialista, correspondem aos interesses e aspirações das largas massas do nosso país, o que é demonstrado na prática quotidiana pelo eco encontrado pelas nossas palavras de ordem.

Sob a pressão internacional contra a política obscurantista e racista do colonialismo português, sob a pressão ainda do imperialismo, preocupado com a inexistência dum burguesia africana significativa, Portugal na última década resignou-se em promover um pequeno sector africano de funcionários e técnicos. No entanto, a formação desta camada, que pela sua educação e conhecimento se apresenta como um competidor sério da massa iletrada ou semi-iletrada de colonos, suscita graves problemas aos colonialistas.

Em "O Problema Estratégico Português", numa série de lições proferidas no ano lectivo de 1966-1967 num Curso de Altos-Comandos, o General Kaulza de Arriaga, que foi comandante-em-chefe do exército colonial em Moçambique de 1970 a 1973, procura definir a linha política e estratégica a ser seguida dentro deste quadro: "... Só seremos capazes de manter um domínio branco em Angola e Moçambique se o povoamento (branco) for em ritmo que acompanhe e ultrapasse ligeiramente pelo menos, a produção de negros evoluídos ... não podemos produzir negros evoluídos em quantidade superior aquela que corresponde ao Povoamento Branco ... Precisamos de travar ligeiramente a promoção dos Povos Negros, depois

temos que convencer esta gente que estamos a promovê-los num ritmo adequado...".

Assim, ao mesmo tempo que, demagogicamente, se proclama uma política de promoção das populações africanas e se procura convencer o mundo e os "negros evoluídos" de que tudo se faz em favor do africano, na realidade o colonialismo age para "travar ligeiramente a promoção dos Povos Negros".

É dentro deste contexto que devemos situar as manobras presentes de "Autonomia", criação do Estado Honorífico de Moçambique, alargamento do Conselho Legislativo, etc.

Na realidade, estas e outras manobras (há meios colonialistas que sugerem mesmo uma futura "independência", quer no quadro duma pseudo-comunidade luso-africana, quer ainda no estilo apartheid) visam sobretudo dois objectivos essenciais: desviar a atenção das massas e do mundo da natureza colonial do regime português em Moçambique e tentar seduzir e corromper uma magra camada africana, a quem seria reservada a triste sorte de agente fantoche do colonialismo português.

A prática demonstra no entanto, que cada manobra colonialista destinada a resolver a sua contradição antagónica com as massas, agrava e suscita novas contradições.

Assim, ao mesmo tempo que os colonialistas dizem promover a constituição duma camada de "negros evoluídos", agravam a repressão contra esta camada, que pela sua condição pode apreender a natureza e as intenções do regime. Vemos neste contexto que nos últimos 3 anos as vagas de prisões nas zonas urbanas do sul do país onde predominam os "Negros evoluídos", atingiram cerca de 5000 pessoas, incluindo sacerdotes, pastores e outras personalidades eminentes e respeitadas pela população.

A Universidade de Lourenço Marques onde se deveria formar esta elite evoluída, ainda que a maioria dos alunos seja de origem europeia, foi encerrada como centro subversivo da Frelimo. Os dirigentes associativos, quase todos eles brancos, foram presos sob a acusação de militarem subversivamente a favor da Frelimo; depois de libertos, estes mesmos elementos foram incorporados à força no exército.

Para a camada embrionária de pequenos e médios funcionários e empregados, para a camada nascente de jovens técnicos e intelectuais, também o colonialismo não fornece outra solução, que a da subserviência às potências estrangeiras e ao colonialismo, o amordecimento da consciência e do pensamento, à traição nacional. A troca da servidão, o colonialismo propõe alguns salários relativamente elevados e um conforto precário, sob a vigilância e repressão constante da PIDE.

A inelutabilidade da derrota do colonial-fascismo, em Moçambique, que se confirma diariamente pela extensão da luta armada e pela importância cada vez maior das vitórias alcançadas pelas forças da Frelimo, pelo sentimento e tradições patrióticas que indiscutivelmente animam a quase totalidade desta camada, pela justeza da nossa linha, têm levado progressivamente esta camada a rejeitar

o papel de fantoches a que o colonialismo a quer votar, aderindo aberta ou clandestinamente às fileiras da Frelimo.

O isolamento crescente do regime colonial-fascista verifica-se mesmo junto da própria população europeia, que normalmente, no plano inimigo, deveria servir de baluarte de defesa das teses opressoras.

Os colonialistas que junto destas populações fundaram a sua acção em campanhas chauvinistas e racistas, na especulação sobre a natureza terrorista e anti-branca do movimento patriótico, foram forçados a constatar que era impossível embrulhar-se o fogo da realidade e da verdade, com o papel da propaganda mentirosa.

A conduta exemplar e sistemática dos combatentes e militantes da Frelimo em relação à população europeia, nomeadamente os comerciantes e agricultores das zonas rurais, motoristas e trabalhadores, sacerdotes e civis brancos em geral, desmistificam a propaganda colonial e dissipam os falsos receios inculcados. Tão intenso se tornou o fenómeno que o inimigo viu-se obrigado a recorrer às provocações mais descaradas e brutais para o tentar deter. Assim em Tete e Manica e Sofala em particular, soldados colonialistas envergando uniformes iguais aos da Frelimo, atacam e saqueiam lojas de comerciantes europeus, brutalizando os seus proprietários e deixando em seguida falsos panfletos da Frelimo a "assinarem" o crime. Outras vezes apresentam-se nas lojas como militantes da Frelimo com o objectivo de detectar as simpatias e inclinações dos comerciantes e desencadear represálias contra os que mostram sentimentos favoráveis à Frelimo.

As práticas terroristas, parte integrante do comportamento do exército colonial-fascista, o desenvolvimento rápido e sistemático das acções mais brutais e repugnantes como os massacres de envergadura crescente, contrastam claramente com a linha e a prática dos militantes da Frelimo. Isso tem levado sectores cada vez mais amplos da população europeia a sentir que na realidade os únicos terroristas e criminosos, os únicos racistas em Moçambique são as forças de repressão do sistema colonial-fascista. Esta situação é testemunhada duma maneira clara pela evolução da Igreja Católica em Moçambique. A Igreja que se identificara totalmente ao regime, salvo raras e honrosas excepções, começa hoje publicamente a denunciar o reino do terror e do massacre. A deposição corajosa de vários bispos no julgamento dos padres do Macúti constitui uma condenação aberta das práticas terroristas sistemáticas do colonialismo português. O massacre de Wiriyamu, que produziu um choque sem precedentes na opinião internacional, foi ainda uma ocasião para que numerosos sacerdotes e prelados se demarcassem do regime colonial-fascista. Hoje, o regime colonial-fascista que pretende defender em África a civilização cristã, aparece publicamente como o assassino dos chefes da Igreja Presbiteriana em Moçambique, os reverendos Zedequias Manganhelas e José Sidumo, prende, tortura, condena e expulsa pastores e sacerdotes, submete bispos a ameaças policiais e provocações.

A natureza repressiva, fascista e exploradora do regime, a sua política em benefício exclusivo do grande capital português e multinacional também se fez ressentir junto da população europeia, constituída na sua maioria por trabalhadores, empregados, funcionários, técnicos e intelectuais. Estas camadas, sujeitas à exploração capitalista e à repressão fascista, sofrem uma degradação constante do seu nível de vida em consequência da política de guerra e da sujeição ao capital. A linha e a prática da Frelimo, que sempre definiram claramente o alvo das nossas armas e distinguiram sem hesitação a população branca e portuguesa do colonial-fascismo, tem levado este sector a tomar uma atitude positiva em relação à luta de libertação.

É crescente o número de brancos, que sentindo Moçambique como a Pátria de todos os moçambicanos sem distinção de raças, se integra nas fileiras da Frelimo para libertar a pátria e destruir o regime de dominação e exploração estrangeiras e a repressão fascista. Por isso mesmo as forças da PIDE lançam-se agora também contra a população europeia, enquanto a máquina de propaganda colonial se esforça por convencer a população europeia que esta não deve confiar nas palavras da Frelimo. Amargamente, no fim do ano de 1973, o Governador-Geral Colonial queixava-se do crescimento da "subversão" no seio da juventude branca e no seio das fileiras da própria administração.

Assim, na realidade diária, a luta de libertação encabeçada pela Frelimo, aparece verdadeiramente, no conteúdo e na forma, como o combate de todas as camadas sociais sem distinção de etnia, raça ou crença religiosa, contra a dominação colonial-fascista portuguesa e imperialista em Moçambique.

Para as massas trabalhadoras moçambicanas, que constituem a maioria esmagadora da população, assim como para os sectores de funcionários e empregados, técnicos e intelectuais, pequenos e médios proprietários e comerciantes, a libertação nacional significa necessariamente a destruição dum Estado que se identifica com a dominação brutal do grande capital, à subordinação dos interesses nacionais, aos interesses da dominação imperialista no nosso país e na região austral do continente.

Pelo seu conteúdo e forma, pelos seus objectivos, a nossa luta é democrática e popular. Por isso desde já na nossa pátria, nas zonas libertadas que cobrem 1/3 do país, se instala o Poder Popular o Poder das massas trabalhadoras que edifica uma Sociedade Nova.

II — A NATUREZA SOCIAL DA FRENTE E A SUA LINHA POLÍTICA

“Moçambicanos,

operários e camponeses, trabalhadores das plantações, dos caminhos de ferro, dos portos e das fábricas, intelectuais, funcionários, estudantes, soldados moçambicanos no exército português, homens e mulheres, jovens e compatriotas:

em nome de todos vós

a FRELIMO proclama hoje, solenemente a insurreição geral armada do Povo Moçambicano contra o colonialismo português para a conquista total da sua independência.

A luta não deverá cessar senão com a liquidação completa do colonialismo português.

Unamo-nos do Rovuma ao Maputo.

Viva Moçambique independente.

Viva a FRELIMO.

Viva a Africa unida”.

(Proclamação do Comité Central por ocasião do desencadeamento da luta armada de libertação nacional).

1. A UNIFICAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONALISTA

A natureza da luta, uma luta pela independência nacional, que destrói a dominação estrangeira que se opõe aos interesses de todas as camadas sociais moçambicanas, explica a preocupação pela unidade que dominou desde o início o movimento patriótico moçambicano.

As experiências das guerras de resistência à conquista colonial, ainda frescas na memória das populações — a revolta do Báruè terminada em 1918, demonstraram claramente que a causa essencial da vitória colonialista se encontra no carácter desunido e disperso da resistência.

Mas estes dados objectivos não eram automaticamente apreendidos e uma longa luta foi necessária para fazer triunfar a unidade.

A partir dos fins dos anos 50, organizam-se fora de Moçambique movimentos patrióticos entre grupos compostos essencialmente de exilados económicos instalados nos países vizinhos.

A UDENAMO, União Democrática Nacional de Moçambique, cria-se na Rodésia do Sul recrutando os seus membros entre os trabalhadores e emigrados vindos sobretudo das províncias de Manica e Sofala, Gaza e Lourenço Marques.

A UNAMI, União Nacional Africana de Moçambique Independente, constitui-se no Malawi buscando os seus membros especialmente entre os originários das províncias de Tete, Zambézia e Niassa.

A MANU, primeiramente denominada Maconde African National Union e depois Mozambique African National Union, forma-se em Mombaça, agrupando particularmente os elementos de origem maconde da província de Cabo Delgado.

Esta acção como se verifica, não se consegue libertar inteiramente do tribalismo e do regionalismo, ela não consegue unir vastas massas para a tarefa de libertação nacional. Diversos factores o explicam. O aticamento pelo colonialismo das rivalidades tribais, religiosas e outras, a falta de experiência e cultura política dos militantes, na maioria dos casos muito jovens, são os factores essenciais.

No entanto, a existência de várias organizações não corresponde realmente a uma clivagem política e social. Elas constituíram-se entre grupos de emigrados e exilados, consoante os lugares em que viviam, frequentemente desconhecendo a sua mútua existência. O facto é que a multiplicação das organizações não é de natureza a mobilizar as massas.

Os acontecimentos do Congo, o desencadeamento da luta de libertação em Angola, a independência do Tanganyika, vêm estimular os sentimentos patrióticos. Mas é sobretudo o processo de evolução no interior de Moçambique que vai desencadear o movimento unificador.

Paralelamente à agitação patriótica no exterior, no interior de Moçambique, em especial nos centros urbanos da Beira e Lourenço Marques e nas zonas onde se encontram embriões de cooperativas agrícolas como em Gaza, Cabo Delgado e Manica e Sofala desenvolve-se uma acção patriótica. Simultaneamente, pequenos grupos utilizando frequentemente organizações culturais, recreativas e organizações de socorros mútuos, lançam um debate de ideias. É o caso do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), do Centro Associativo dos Negros de Moçambique, etc.

Embora numericamente fracos e sujeitos a uma repressão constante, estes grupos aparecem como a expressão do sentimento patriótico que anima sobretudo as massas urbanas. A sua fraqueza numérica na realidade não corresponde ao papel importante e dinamizador que desempenham junto da opinião.

A visita a Moçambique em 1961 do camarada Eduardo Chivambo Mondlane, então funcionário das Nações Unidas, cristaliza e acelera o processo da consciência unitária e a aspiração à liber-

tação nacional. Os contactos que estabelece durante a sua visita, a plataforma simples, clara e justa que propõe às diversas forças dispersas, vão desencadear o processo que levará à formação do movimento de libertação nacional.

A acção do camarada Eduardo Chivambo Mondlane e dos outros camaradas, apoiados pelos grupos do interior consegue finalmente em 25 de Maio de 1962 reunir a MANU e a UDENAMO, com o objectivo de discutirem a unificação do movimento nacionalista. Um protocolo de unificação é assinado entre as duas organizações. A UNAMI sentindo a pressão a favor da unidade é forçada a apor a sua assinatura ao protocolo de unificação.

Em 25 de Junho de 1962 de acordo com o protocolo, as três organizações dissolvem-se e constitui-se a FRELIMO — FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE. Uma direcção provisória encabeçada pelo camarada Eduardo Chivambo Mondlane é encarregada de organizar o I Congresso da Frelimo que se realizou de 23 a 28 de Setembro de 1962.

A Frelimo ao constituir-se define-se como uma organização de massas que recebe no seu seio todos os Moçambicanos, sem distinção de sexo, origem étnica, crença religiosa ou lugar de domicílio, que aprovelem os Estatutos e o Programa da Frelimo, que se comprometam a aplicar a linha política da Frelimo.

O I Congresso precisa que são objectivos da Frelimo, a liquidação total da dominação estrangeira, de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência imediata e completa, a construção de um Moçambique desenvolvido, moderno, próspero e forte. Para levar a cabo a sua acção a Frelimo define os objectivos prioritários de trabalho.

Trata-se primeiramente de mobilizar e organizar as largas massas populares, cujos interesses, objectivos e aspirações se concretizam no programa da Frente. Levar as massas a compreender qual a estratégia e tática da libertação nacional.

O então recente massacre de Mueda, a ferocidade da repressão desencadeadas em Angola, o reforço das forças militares colonialistas, a instalação da PIDE que desencadeia uma campanha terrorista de intimidação, torna evidente que a libertação nacional exigirá o recurso à luta armada. Assim, o segundo objectivo é de preparar o desencadeamento da luta armada de libertação nacional, nomeadamente formando-se os quadros político-militares necessários para o empreendimento.

Em terceiro lugar é indispensável lançar-se uma campanha no exterior, que desmascare o colonialismo português e mobilize a favor do Povo Moçambicano a solidariedade internacional.

Finalmente, tendo em conta o carácter particularmente obscurantista do colonialismo português, impõe-se a necessidade da rápida elevação do nível de conhecimentos científicos: a educação científica e literária aparece com uma prioridade, uma necessidade para o desenvolvimento posterior da luta armada e de reconstrução nacional.

Os temas simples e claros que a Frelimo propõe encontram um eco positivo e quase instantâneo em todas as camadas sociais, em todas as regiões do país.

A missão dos primeiros organizadores que a Frelimo enviou para o trabalho clandestino, na prática não consiste em convencer as populações da justeza da causa ou da necessidade da luta, mas sim em organizá-las, isto é, distribuir-lhes tarefas concretas que preparam o desencadeamento da luta. No entanto o sucesso que a Frelimo encontra, a adesão massiva das populações, o entusiasmo despertado, não significam de maneira nenhuma que a questão essencial da unidade se encontrava definitivamente resolvida.

Com efeito, a unidade aparece como um processo contínuo de satisfação das reivindicações populares e no curso deste processo opera-se uma acção de rejeição e de assimilação.

2. A UNIDADE NO PROCESSO CONTÍNUO DE DEFESA DOS INTERESSES DAS MASSAS

Em muitos textos da Frelimo, nas reuniões e discussões entre militantes, o processo de unidade aparece definido em três etapas que se sucedem continuamente: unidade, crítica, unidade.

A uma fase da unidade atingida, segue-se a experiência da prática, no curso da qual se revelam os pontos fracos e fortes da unidade atingida e se manifestam as exigências das novas situações criadas pelo desenvolvimento da luta e da consciência. Sucede-se então uma fase de crítica, no curso da qual são rejeitadas as ideias, as forças e os comportamentos que não correspondem à etapa atingida e por consequência minam a unidade, porque introduzem no nosso seio valores ultrapassados. Uma forma superior de unidade é assim atingida.

A linha condutora do processo, a pedra de toque que permite detectar os desvios, é o interesse objectivo das massas trabalhadoras e por consequência o progresso da revolução. A quem serve esta ideia, esta forma, este comportamento, a que zona, nossa ou do inimigo, corresponde esta manifestação, é a pergunta que surge continuamente durante o processo da crítica.

A unidade não é pois uma forma estática, um valor sobrenatural e absoluto que colocamos num pedestal para o contemplar em êxtase.

No processo da luta pela unidade dizemos sempre, devemos saber com quem nos unir e para quê.

Vivemos continuamente este processo desde a criação da Frelimo e, como o definiu o Comité Central na sessão de Abril de 1969, a revolução aparece como um rio, que à medida que progride e se torna mais forte incorporando novas forças, também rejeita progressivamente para as margens as cargas impuras que transporta.

Em 1962 quando a Frelimo se constituiu, o objectivo era apresentar às massas uma alternativa à submissão.

Praticamente a totalidade do Povo Moçambicano rejeita a dominação colonial, no entanto a consciência das massas é baixa, a experiência organizativa quase nula, a repressão forte. Trata-se pois dentro deste contexto, de mostrar que é possível a vitória através dum combate unido contra o inimigo comum, o colonialismo português.

Sobre este ponto pôde-se em 1962 realizar a unidade, é ela pois que serve de plataforma de partida da Frelimo. Mas a seguir surge a questão de saber como liquidar o colonialismo na nossa pátria. Os massacres de Xinavane (1947), e Mueda (1960), as repressões sangrentas e brutais das greves da Estiva e dos Caminhos de Ferro da Beira e de Lourenço Marques (1963), o desprezo manifestado por Portugal em relação à resolução 1514, (XV) e outras da ONU, a ferocidade colonialista em Angola, o aumento contínuo das forças armadas e policiais em Moçambique, as repetidas e claras declarações do colonialismo português, mostram claramente que a única via de libertação passa pela luta armada.

A situação exige pois de cada um, uma tomada de posição em relação à questão crucial da luta armada. Uma clivagem vai pois operar-se. Em especial no seio da direcção da Frelimo existem numerosos elementos vindos das direcções da MANU, UNAMI e UDENAMO. Estes elementos vivem há muito tempo fora de Moçambique, sem contacto directo ou conhecimento real da situação existente. A sua experiência política foi adquirida na convivência com as organizações nacionalistas da Rodésia, Malawi, Zâmbia, Tanganhika, Quénia, organizações cuja estratégia consiste em organizar vastas massas que através de manifestações, greves e outras acções não violentas, criam uma situação que leva a potência colonial a negociações, que conduzem numa primeira fase à autonomia interna e mais tarde a independência.

Estes elementos confundem a situação duma potência colonial desenvolvida, industrializada e imperialista como a Grã-Bretanha, com a situação de Portugal, país sub-desenvolvido, não industrializado e vivendo em situação de semi-colónia. Estes elementos ignoram a distinção entre um país de democracia burguesa, onde a opinião pública nacional e internacional desempenha um papel apesar de tudo relevante, e um país fascista, em que a censura e a repressão policial impedem qualquer manifestação de desacordo.

Daí a sua oposição à via armada. Esta concepção errada e nociva ao progresso da luta, contrária ao interesse objectivo das massas, opõe-se ao grau de consciência atingido pelas próprias massas. A oposição à luta armada bloqueia o processo libertador. A contradição para ser resolvida no interesse das massas exige a liquidação das concepções erróneas. O princípio da luta armada triunfa e por isso suscita oposição.

Um primeiro grupo com Baltazar Chakonga e outros antigos dirigentes da UNAMI e MANU afasta-se da Frelimo, porque se opõe ao princípio da luta armada. Um outro grupo com Gumane e antigos dirigentes da UDENAMO e MANU subestimam a força real do inimigo porque o não conhecem, e pensam que bastam

algumas acções violentas e terroristas para levar o inimigo a capitular. Trata-se na realidade duma oposição ao princípio da luta armada popular, pois que se preconiza que esta seja desencadeada imediatamente, sem nenhuma mobilização prévia das massas, sem nenhuma preparação de quadros que orientem e dirijam o processo. Estes elementos separam-se também da Frelimo, quando a Frelimo define métodos objectivos e científicos que levarão ao desencadeamento da luta armada popular. A fase atingida exigia uma clarificação que liquidando os oportunistas e aventureiros permitisse um progresso na luta, um reforço da unidade ao serviço das massas e dos seus objectivos.

Graças à unidade atingida com o processo crítico, em 25 de Setembro de 1964 a luta armada é desencadeada com sucesso em diferentes pontos do território nacional.

As vitórias alcançadas, em particular nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, conduzem a novos desenvolvimentos da situação.

A partir dos fins de 1965 começam a surgir zonas donde a administração colonial se retira, as populações abandonam as suas povoações para escapar à repressão e viver sob a protecção da Frelimo. Progressivamente este processo desenvolve-se, surgem as zonas libertadas e semi-libertadas, isto é, zonas onde a totalidade da vida das massas depende da orientação da Frelimo, onde no quotidiano se aplicam as nossas palavras de ordem. Uma nova situação qualitativa é criada com novas exigências.

Como organizar a produção, como administrar as populações, que tipo de relações sociais de produção devem existir nas nossas zonas, quais as relações a estabelecer entre a população e as estruturas da direcção da Frelimo, entre o exército e as populações, são problemas que aparecem como imediatos e requerem resoluções concretas e claras.

A sociedade tradicional possui também formas opressivas e discriminatórias, nomeadamente em relação à mulher e à juventude. Era necessário pois que o processo libertador atingisse também a sociedade tradicional.

O aumento de populações nas nossas zonas resultou num crescimento importante dos efectivos do exército. Este já não era constituído por duas centenas e meia de elementos, mas sim por milhares de combatentes e punha-se por consequência a questão de saber que exército construir, quais as relações a existir entre este, as massas e a Frelimo.

As questões da organização da produção e do comércio, do tipo de relações sociais de produção a estabelecer, a questão da natureza do exército e do poder revelam-se como questões-chaves donde depende a solução do conjunto dos problemas.

De novo duas linhas surgem no nosso seio, uma respondendo aos interesses dos elementos que vêm na luta um meio de se substituir enquanto classes exploradoras às classes colonialistas, e outra correspondendo aos interesses objectivos das massas que lutam para abolir a exploração do homem pelo homem.

Nas zonas libertadas, desaparecida a presença colonial, os embriões da burguesia e as sobrevivências feudais sentem o terreno fértil para o seu desenvolvimento enquanto classes exploradoras.

O controlo do poder nascente e do exército que se cria aparece como condição essencial para a realização destas ambições.

É evidente que as reivindicações da nova classe de exploradores não são formuladas duma maneira tão crua. Dir-se-á que se é contra a exploração mas que esta é feita exclusivamente pelos colonialistas, ou ainda que as questões do poder, da organização da produção e comércio, do novo tipo de relações sociais de produção, etc., são questões que devem aguardar a independência. No entanto os problemas exigiam uma solução imediata. Saber se devíamos instalar uma administração popular, um Poder Popular, ou simplesmente manter o sistema anterior de administração africanizando-o, se devíamos organizar um comércio ao serviço do povo que controlasse o mercado interno e externo, lançar o movimento das cooperativas agrícolas, ou permitir em contrapartida que antigos régulos e outros elementos explorassem os trabalhadores agrícolas ou instalassem um comércio fundado sobre a especulação, não eram questões teóricas, discussões e hipóteses académicas. Tratavam-se de questões reais e imediatas, existentes em cada povoação libertada, em cada região, em cada zona sob o nosso controlo.

Que a questão dividia a direcção da Frelimo era evidente. Mas importava saber se, para salvaguardar a unidade com um punhado de elementos que se encontrava na direcção, devíamos sacrificar os interesses das vastas massas populares, permitindo assim que o sangue vertido e os sacrifícios consentidos, fertilizassem o crescimento duma nova classe exploradora e opressora.

Uma batalha política travou-se no nosso seio, uma luta que reflectia interesses opostos, um combate duro em que os elementos reaccionários muitas vezes recorrem à violência, como testemunham os assassinatos dos camaradas Mateus Sansão Muthemba, membro do Comité Central e Paulo Samuel Khankomba, membro do Estado Maior e chefe adjunto das operações.

A partir mesmo dum certo momento, quando as forças reaccionárias sentiram a batalha perdida, devido à consciência das massas, elas aliaram-se com o próprio colonialista português, ora designando a este os alvos a abater no nosso seio, como foi o caso do assassinato do camarada Presidente Mondlane, ora mesmo desertando para se juntar abertamente aos colonialistas, ou lançando campanhas públicas e caluniosas no exterior para denegrir a organização.

Todavia, o processo de rejeição destas forças reaccionárias reforçou ainda mais a organização, pois permitiu que as massas sentissem plenamente que os seus interesses exigiam a defesa da linha revolucionária e que a defesa desta se identificava com a realização das reivindicações populares.

A batalha que se travou entre 1967 e a segunda metade de 1969, permitiu-nos atingir a presente fase de unidade, a fase em que a nossa unidade serve o combate anti-colonialista e anti-impe-

rialista, destrói as estruturas políticas e económicas, sociais e culturais de exploração, para que se instale na nossa pátria uma sociedade nova, um regime social popular:

Certamente que a fase de unidade que atingimos hoje não é de maneira nenhuma a última. Novas contradições deverão surgir entre nós, criadas pelo desenvolvimento e exigências da situação. É possível que elas não atinjam o grau crítico do passado, na medida em que duma maneira geral adquirimos por um lado uma maior experiência para detectar e resolver as contradições quando ainda embrionárias e, por outro lado, as forças que representavam os interesses das camadas exploradoras afastaram-se da luta, desmascarando-se e aliando-se aberta e claramente com o próprio colonialismo.

De toda a maneira as contradições surgirão, a oposição à revolução, a contra-revolução continuará a existir. Esta é a experiência histórica de todas as revoluções, uma necessidade do processo do progresso.

3. A QUESTÃO IDEOLÓGICA NO SEIO DUMA FRENTE LARGA

O conjunto destas questões levanta-nos o problema do papel e da necessidade da ideologia para o desenvolvimento revolucionário. A afirmação já clássica de que sem teoria revolucionária não há prática revolucionária, encontra uma ampla justificação na nossa experiência.

Contudo, a nossa prática apresenta algumas originalidades neste capítulo, em particular na relação entre a existência de uma frente larga sem partido de vanguarda constituído e a ideologia revolucionária.

Seja dito para evitar qualquer ambiguidade, que a inexistência do partido de vanguarda no seio da frente larga, não resulta nem dum postulado da nossa análise nem dum objectivo ou mesmo estratégia nossa. Trata-se sim dum conjunto de circunstâncias históricas que vivemos, caracterizadas entre outros aspectos, essencialmente, pela inexistência duma classe operária organizada e com tradições, a falta de experiência de luta das largas massas, o peso de tradições e concepções reaccionárias impostas ao povo pela dominação feudal e colonial, o isolamento das comunidades, especialmente as rurais, até à constituição do movimento nacionalista, o que nos privou de experiências teóricas e práticas do movimento revolucionário mundial.

A necessidade de uma ideologia revolucionária não surge como uma exigência livresca, assim como a ideologia não é constituída pela simples leitura dos mestres do pensamento revolucionário.

Ainda que a elaboração ideológica deva imenso à contribuição teórica e prática do movimento revolucionário dos outros povos, a ideologia é sempre uma criação da luta concreta dum povo e das suas classes revolucionárias, ela só se torna real quando assu-

mida e vivida pelas largas massas, quando a teoria renasce e se materializa na prática quotidiana da luta. Só assim ela se transforma na força material imensa que conduz o povo a derrubar a velha ordem e a construir a nova sociedade.

A linha política, a ideologia surgem como orientações aos problemas concretos suscitados pelo desenvolvimento da luta e exigidos para o progresso do processo.

Substituir as solidariedades ultrapassadas de ordem tribal, linguística, religiosa e cultural pela unidade nacional, pela consciência de pertencer a uma imensa classe trabalhadora e explorada, definir claramente o inimigo e fazer assumir pelas massas a sua natureza exploradora, demarcar por consequência sem ambiguidade as nossas ideias e valores, objectivos, métodos e comportamento daqueles do inimigo, foram e são necessidades concretas que vivemos.

A unidade nacional e de classe são instrumentos indispensáveis para destruímos a máquina poderosa do inimigo, são a nossa força essencial, são o nosso principal ponto forte. A definição do alvo para as nossas armas não pode tolerar nenhuma ambiguidade, tanto mais que nas circunstâncias históricas da nossa luta, em que afrontamos sobretudo forças económicas, políticas e militares duma Nação diferente, é muito fácil identificar-se o inimigo com uma raça, desnaturando assim o sentido da luta, permitindo que forças reaccionárias fortifiquem no nosso seio e percamos a sensibilidade política necessária para nunca confundir o amigo e o inimigo.

Por isso mesmo se exige ainda de cada um de nós o combate interno que leva a eliminar tudo o que nas nossas ideias, critérios de valores e comportamento, não corresponde àquilo que pertence à nossa zona e onde uma sociedade nova se constrói.

A transformação dum raciocínio metafísico, próprio à nossa sociedade tradicional, num raciocínio científico e materialista, único capaz de analisar e transformar a sociedade e de mobilizar as leis da natureza a nosso favor, a libertação da energia criadora das massas, asfixiadas pelo conservantismo e imobilismo da sociedade passada, a emancipação da mulher e da juventude dominadas pelas tradições reaccionárias, constituem exigências presentes do desenvolvimento da guerra e da reconstrução nacional.

A solução destes problemas requer de nós a formulação duma linha clara e precisa que oriente os quadros e militantes.

A destruição das estruturas dos poderes colonialista e feudalista para a instalação do Poder Popular, a liquidação da propriedade exploradora e a evolução das formas individualistas de produção para formas colectivas, necessitam que a direcção forneça princípios e orientações concretas e claras.

A diversidade social do nosso país é acentuada pela diversidade étnica e racial. A nossa vitória resulta da nossa capacidade em engajar na luta anti-colonialista e anti-fascista todas as forças e camadas sociais de Moçambique, com excepção evidente da ínfima minoria que controla e dirige o grande capital explorador e o apa-

relho de repressão. Mas fazê-lo sem pôr em causa os interesses da maioria constituída pelas massas laboriosas exploradas, requer clareza e firmeza de princípios.

Por outras palavras, a questão central é a da conciliação entre a frente larga destinada a derrubar a dominação colonial e imperialista por um lado e por outro as exigências duma ideologia capaz de levar a revolução ao seu termo, o que efectivamente corresponde já à reivindicação das largas massas trabalhadoras.

Trata-se pois e tem sido esta a nossa experiência, de salvar e ampliar continuamente a frente pela inclusão constante de novas forças e de, simultaneamente, elevar o nível geral de consciência das massas e do rigor ideológico dos militantes de maneira a aprofundar o conteúdo das reivindicações populares e traduzi-las no processo da transformação da sociedade.

Assim se compreende a importância primordial que damos ao trabalho ideológico no nosso seio e no seio das massas e a prioridade que estabelecemos em favor da formação de quadros, que são o factor decisivo para a aplicação criadora da nossa linha política.

É através deste processo ainda, em que o trabalho ideológico está intimamente associado à prática revolucionária, que, progressivamente, criamos as condições para que no seio da frente cada vez mais larga, se constitua, organizada, a vanguarda revolucionária das massas trabalhadoras moçambicanas.

O contexto da reconstrução nacional e da implantação das novas estruturas de poder numa situação de guerra, apresenta exigências concretas e imediatas que as largas massas estão em condições de aprender e assumir, desde que levemos a cabo o trabalho necessário de explicação política.

E este conjunto de circunstâncias, de factores e objectivos que permitiram o desenvolvimento do conteúdo da luta de libertação nacional, levando-a teórica e praticamente à fase da revolução democrática popular. Esta fase caracteriza-se pela destruição do Estado Colonial-fascista e da dominação imperialista e pela instauração do poder da aliança entre as largas massas trabalhadoras, com o objectivo de edificar as bases duma Sociedade Nova, numa sociedade fundada nos interesses das massas laboriosas.

O processo da guerra popular de libertação e de edificação do exército popular contribui poderosamente para acelerar o processo geral de aprofundamento da ideologia e transformação das mentalidades, base indispensável à construção da Sociedade Nova.

III — A GUERRA POPULAR E A EDIFICAÇÃO DO EXÉRCITO

1. A LINHA POLÍTICA NA LUTA ARMADA

Em Moçambique há uma guerra, uma luta armada. Toda a gente dum maneira geral compreende que as concepções estratégicas e táticas sobre a luta armada que nós possuímos sejam diferentes das que possui o exército português, uma vez que os nossos objectivos políticos são antagónicos e que a natureza da nossa força é diferente. Em contrapartida bastante gente tem dificuldade em aceitar que, mesmo no seio das forças que se reclamam da revolução, possam existir concepções estratégicas e táticas opostas.

Houve quem preconizasse a constituição dum exército continental, ou internacional, que invadiria Moçambique e libertaria o território da dominação colonial.

Outras pessoas advogam que, estando a situação política objectiva madura para o desencadeamento da luta, bastaria que um grupo de revolucionários profissionais convictos e decididos, mesmo estranhos às massas, iniciasse a luta armada em locais propícios, para que automaticamente as massas se organizassem e se mobilizassem, dessem o seu apoio à luta, e a revolução triunfasse.

Para além do seu irrealismo e idealismo, estas concepções reflectem postulados errados.

No primeiro caso parte-se do princípio de que o povo é incapaz de se libertar, donde a necessidade dum força exterior a ele — o exército continental que o viria libertar. A este nível pensa-se ainda que a libertação dum povo é uma questão de técnica militar e daí a ideia de que um corpo de oficiais estrangeiros à realidade política e concreta do país, seja capaz de dirigir o processo libertador.

A segunda concepção, a dum corpo de revolucionários profissionais que, iniciando operações armadas está em medida de desencadear um processo revolucionário, reflecte uma perspectiva espontânea e mecânica do processo revolucionário.

Trata-se dum análise idealista sobre as massas e o processo de consciencialização destas.

Oposta a esta concepções encontra-se as da guerra popular de libertação.

A guerra popular é feita e ganha pelas massas. É a participação de centenas de milhares, de milhões de pessoas nas diferentes tarefas que ela exige, desde o combate armado até à produção, do transporte de material ao reconhecimento do inimigo, que torna

possível superar as nossas enormes deficiências materiais e obter a vitória.

No entanto, para engajar as largas massas no combate libertador, torna-se necessário que as forças de vanguarda no seu seio empreendam um trabalho político prévio, que as mobilize e organize. É fundamental desenvolver-se continuamente este trabalho, para elevar o nível de compreensão política das massas para que estas assumam cada vez mais profundamente a natureza, os objectivos e métodos da guerra e assim possam superar as inúmeras dificuldades, liquidando progressivamente os nossos pontos fracos e reforçando os nossos pontos fortes.

Dentro desta concepção é errada e muito grave qualquer tentativa de enganar as massas com promessas de vitórias fáceis e rápidas, ou ainda de lhes mentir sobre os fracassos ou sucessos alcançados. Com efeito este tipo de acção bloqueia a elevação de compreensão política das massas, impede-as de analisar e sintetizar as experiências colectivas e assim aprofundar e desenvolver o nosso pensamento político e estratégico, melhorar as nossas tácticas.

As massas não podem ser consideradas como um número passivo de pessoas que cumprem certas tarefas que lhes são ditadas. Milhões de homens divididos e sem uma consciência clara da sua situação, das possibilidades e meios de a transformar, constituem uma massa amorfa que o inimigo domina.



São as massas consciencializadas e unidas pela linha correcta, que constituem a força decisiva que transforma a sociedade e aniquila o inimigo.

Como organizar e mobilizar as massas, que palavras de ordem devem ser formuladas, são problemas concretos que correspondem à situação específica de cada país e dentro do país, de cada região.

Moçambique é um país essencialmente rural, em que mais de 90% da população africana vive em zonas não urbanas. As zonas urbanas são povoadas sobretudo por colonos e foram concebidas de maneira a isolar e acantonar facilmente a população africana que aí se encontra. Daí que as zonas rurais se apresentem de fácil acesso para nós, enquanto as zonas urbanas, que o inimigo controla estreitamente, exigem um trabalho mais lento e mais dispendioso das energias dos quadros e consomem rapidamente um grande número de quadros.

Assim se explica a nossa prioridade à luta nas zonas rurais e o facto de que, na fase presente, não seja dada grande importância à guerrilha urbana que, embora espectacular, nos seria fatal, sobretudo pelo dispêndio em quadros que ela requer.

A nossa luta nas zonas rurais onde o inimigo é fraco, conduz-nos a libertar fracções consideráveis do território e das populações. Assim isolamos cada vez mais o inimigo e reduzimos a sua capacidade de exploração do nosso país, razão de ser da sua presença.

